

## DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR: transições para um novo modelo desenvolvimentista

**Everton Marcos Batistela:** graduado em Filosofia pela UNIOESTE e Mestre em Sociologia pela UFPR. Atua como professor na VIZIVALI (Dois Vizinhos - Pr), na Faculdade Palas Atena de Chopinzinho e na FADEP (Pato Branco - Pr). Desenvolve pesquisas na área de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Email: batistela@netoeste.com.br

**Resumo:** o objetivo desse trabalho é estabelecer uma análise das possibilidades de inserção e de adequação do segmento agrícola familiar nas perspectivas do desenvolvimento rural sustentável em vias de construção. Nesse sentido, procederemos a uma análise comparativa do bimodalismo agricultura familiar/agricultura patronal, com vistas às características sócio-ambientais de cada segmento, para apreendermos as possíveis compatibilidades de cada segmento com vistas ao processo de construção do desenvolvimento rural sustentável. Conclusivamente o trabalho aponta-nos no sentido de uma significativa superioridade da agricultura familiar em relação à agricultura patronal, no tocante a adequação aos princípios emergentes do desenvolvimento rural sustentável.

**Palavras-chave:** desenvolvimento rural, agricultura familiar, agricultura patronal, sustentabilidade.

**Abstract:** the aim of this work is to establish an analyses of the possibilities of implantation and adequacy of the familiar agriculture segment in the view of the defensible rural development that is in construction. In this meaning we will proceed to a comparative analyses of bimodalism familiar agriculture/patronal agriculture. Toward to the sócio-ambiental characteristics of each segment, to apprehend the possible compatibilities of each segment toward the building process of the defensible rural development. Conclusively the work point us in the meaning of a significant superiority of the familiar agriculture in relation to the patronal agriculture in the matter of the adequacy to the arising principles of the defensible rural development.

**Key Words:** rural development, familiar agriculture, patronal agriculture, defensibility.

# **Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar: transições para um novo modelo desenvolvimentista**

*Everton Marcos Batistela*

## **1. INTRODUÇÃO**

Observamos, atualmente, um repensar os vieses do processo desenvolvimentista, tendendo-se a um redimensionamento das perspectivas do desenvolvimento rural. A noção de desenvolvimento sustentável tende, então, progressivamente, a substituir as perspectivas tradicionais do desenvolvimento, assumindo a condição de vetor de um conjunto de transformações que corroboram a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o meio rural. Essa tendência de surgimento de novas vias para a promoção do desenvolvimento trás consigo a tendência de consolidação de novas bases de ação e de novas perspectivas, de cujo apoio e fortalecimento pretende-se construir um novo modelo desenvolvimentista para o meio rural, centrado na noção de sustentabilidade.

Assim sendo, o desenvolvimento rural tende, progressivamente, a fundamentar-se numa perspectiva integrada (social e territorialmente) e sustentável (ecológica e socialmente). Isso supõe

algumas inversões, como a ênfase nas economias e potencialidades produtivas locais, a integração social e a emergência de novos atores comprometidos com a dinâmica do desenvolvimento, a ênfase na dimensão territorial do desenvolvimento e a sustentabilidade ecológica e social como aspecto central da noção emergente de desenvolvimento.

Nesse repensar o viés do desenvolvimento rural, repense-se, também, a perspectiva de que a viabilidade de um projeto desenvolvimentista sustentável precisa assentar-se em iniciativas que liberem o potencial produtivo do segmento familiar de produção agropecuária, como condição básica do equilíbrio sócio-econômico e ambiental necessário ao alcance da sustentabilidade. As novas tendências de diretrizes de políticas voltadas ao desenvolvimento rural precisariam enfatizar, então, a proximidade que pode se estabelecer entre o fortalecimento da agricultura familiar e o alcance da condição sustentável do processo desenvolvimentista. Isso implica, logicamente, uma compreensão de que a opção pela agricultura familiar representa estratégia central para a sustentabilidade do desenvolvimento rural.

O modelo tradicional de promoção do desenvolvimento rural, centrado no crescimento econômico e no favorecimento sistemático da agricultura patronal, - vinculada à monocultura e à grande exploração -, resultou, principalmente, no agravamento das condições da sustentabilidade ambiental, em função da degradação dos agroecossistemas e no agravamento dos problemas sociais no

campo, por caracterizar-se um modelo essencialmente excludente e concentrador. A relação que pode ser estabelecida entre o protagonismo da agricultura familiar e a condição sustentável de um novo modelo de desenvolvimento reside na capacidade adaptativa desta com relação à perspectiva de equidade social e de sustentabilidade ecológica no mundo rural. A ênfase na dimensão local, na territorialidade e na integração social no processo de desenvolvimento são, em última instância, novas estratégias que tendem a orientar-se para a equidade social e a sustentação ecológica no mundo rural.

Tendo em vista tais pressupostos, a construção desse trabalho será feita no sentido de uma apresentação das condições da tendência de consolidação da agricultura familiar como protagonista de um novo desenvolvimento rural para, posteriormente, procurar fundamentar suas melhores condições de adequação ao paradigma da sustentabilidade pelo duplo prisma da preservação ecológica e da equidade social.

## **2. AGRICULTURA FAMILIAR E NOVO DESENVOLVIMENTO RURAL**

Segundo Veiga (1992, p. 88), toda a produção científica mais recente que versa sobre as condições do crescimento econômico, parece convergir para uma mesma conclusão: "que a desconcentração da riqueza é o alicerce do crescimento sustentado".

Tal perspectiva, incidindo sobre as possibilidades do desenvolvimento rural sustentável, parece fundamentar a necessidade do estabelecimento da agricultura familiar como protagonista de um novo modelo de desenvolvimento para o meio rural brasileiro. Pelo pressuposto de que a desconcentração da riqueza é pré-requisito para o crescimento sustentável, o fortalecimento da agricultura familiar parece responder à uma iniciativa significativa nesse sentido.

Isso evidencia-se, de acordo com Veiga (1996, p. 395), pelo fato de que

[...] a agricultura familiar [...] apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos socioculturais. Sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade) são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório.

Dessa forma, além de compatibilizar-se com a necessidade da distribuição de riquezas, em função de seu caráter essencialmente distributivo, a agricultura familiar parece apresentar uma adequação bastante satisfatória com a noção de sustentabilidade. Além disso, o contingente populacional e o número de estabelecimentos ocupados com a agricultura familiar no Brasil é muito expressivo. Segundo MA/SDR/DATER (1996, p. 6) "dos 5,8 milhões de estabelecimentos agropecuários que existem no Brasil, cerca de 4,3 milhões, ou seja, 75% do total, são de agricultura familiar".

Além das potencialidades de adequação da agricultura familiar a uma nova concepção de desenvolvimento rural, em comparação às características da agricultura patronal, - sistematicamente favorecida pelo desenvolvimento rural convencional -, constata-se que nos países ditos de "desenvolvimento avançado", optou-se pelo favorecimento e fortalecimento da agricultura familiar. Assim sendo, as políticas governamentais voltadas ao âmbito rural precisam dar-se conta de que "a promoção da agricultura familiar, como linha estratégica de desenvolvimento rural, trará muitas vantagens para a sociedade brasileira" (FAO/INCRA, 1994, p. 2). Esta conclusão deriva tanto da experiência histórica das nações mais avançadas, quanto da própria avaliação do bimodalismo existente no Brasil, isto é, a forte presença, entre nós, dos dois principais modelos de produção agropecuária, o familiar e o patronal.

Conforme FAO/INCRA (Id.), o desenvolvimento rural sustentável só será alcançado a partir do estabelecimento e da implementação de um propósito nacional de fortalecimento e expansão da agricultura familiar. A consecução de tal objetivo requer, basicamente, a reorientação das políticas públicas no sentido de inverter o tradicional favorecimento da agricultura patronal, para possibilitar o desenvolvimento da agricultura familiar. O exemplo histórico dos países de "capitalismo avançado" denota, com clareza, um flagrante contraste entre as estratégias do desenvolvimento rural brasileiro em relação ao exemplo desses países. Segundo Veiga (1997, p. 131) o Brasil "é um dos exemplos mais chocantes da opção

inversa, isto é, de enorme tolerância com a oligarquia fundiária e claro favorecimento da agricultura patronal".

Assim sendo, a possibilidade de opção pela agricultura familiar como protagonista de uma nova proposta de desenvolvimento rural, que as políticas públicas a partir de 1996, com a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) parecem sinalizar, significaria, ao menos em tese, uma importante ruptura com as prioridades tradicionais para o setor agrícola e rural, procurando estabelecer a agricultura familiar como agente central na construção de um novo mundo rural. Nesse sentido, a própria criação do Pronaf parece representar o indício de um bom começo, pois, "de fato o Pronaf foi uma ruptura importante quando comparado com as políticas agrícolas anteriores" (ABREU, 1999. p. 14)<sup>1</sup>. Por conseqüência, seria pertinente admitirmos que, conforme salienta MEPF/MA/INCRA/SDR (1999, p. 4)

[...] em toda a história brasileira, somente a partir de 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, os agricultores familiares conquistaram uma maior atenção do governo federal e ações específicas destinadas a promover a melhoria de suas condições de vida.

---

<sup>1</sup> O reconhecimento das vantagens da criação do Pronaf não significa, no entanto, que sua implementação presente, efetivamente, os resultados esperados de uma política governamental de sua envergadura. Ele apresenta, como procuraremos mostrar mais adiante, muitas deficiências e inclusive contradições na relação teoria/prática. O que estamos admitindo é o fato de nunca ter existido uma política específica e importante para o segmento familiar com a densidade de Pronaf, cuja centralidade versa sobre uma *tentativa* de promoção do desenvolvimento rural, embasado no fortalecimento da agricultura familiar.

A partir disso, podemos considerar que parece começar a existir uma mudança na postura (ou, ao menos, no discurso) governamental frente às transformações no âmbito rural brasileiro. Na opinião de Veiga (1997, p. 127) "a promoção da agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural está, finalmente, entrando na agenda política do Brasil". No entanto, uma das principais deficiências dessa *opção* pela agricultura familiar, na opinião de Veiga (Ibid.), reside na manutenção do que ele chama de "mito da superioridade econômica da agricultura patronal". Em sua opinião é bastante importante essa mudança de postura do governo no sentido de um possível favorecimento da agricultura familiar, porém, sem romper com o mito da superioridade econômica da agricultura patronal.

A crença na superioridade econômica do segmento patronal de produção agropecuária pode ser questionado se se observar que, apesar da agricultura familiar brasileira dispor de uma área quase três vezes menor que a área detida pela agricultura patronal, apresenta uma participação praticamente equivalente no que tange à produção total (FAO/INCRA, 1994, p. 3).

Em muitos aspectos a agricultura familiar apresenta um perfil superior ao apresentado pela agricultura patronal. Conforme FAO/INCRA (Ibid., p. 2) um quadro comparativo entre as formas patronal e familiar de organização da produção agropecuária, pode ser esquematicamente estabelecido da seguinte forma:

<i>Modelo Patronal</i>	<b>Modelo Familiar</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Completa separação entre gestão e trabalho</li> <li>- Organização centralizada</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho e gestão intimamente relacionados</li> <li>- Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ênfase na especialização</li> <li>- Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ênfase na diversificação</li> <li>- Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho assalariado predominante</li> <li>- Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento"</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho assalariado complementar</li> <li>- Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.</li> </ul>

Desse quadro comparativo podemos apreender os aspectos vantajosos da agricultura familiar, tendo em vista, principalmente, a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, cuja estrutura fundamenta-se nas características de descentralização, integração e sustentabilidade. Assim, o modelo patronal de agricultura engendra uma forte concentração de renda e, conseqüentemente, de exclusão social; enquanto que a agricultura familiar, por seu perfil essencialmente distributivo, vem de encontro à desconcentração de riquezas, sendo mais adequada em termos socioculturais. O aspecto da diversificação produtiva e da maleabilidade do processo decisório, em contrapartida à ênfase na especialização e em pré-determinações decisórias, garantem à

agricultura familiar um perfil superior sob o ponto de vista da sustentabilidade em sua dimensão ecológica (FAO/INCRA, Ibid.).

Em uma análise comparativa de duas amostras formadas de áreas de "20 a 100 ha" e "500 a 10.000 ha", que constituem, segundo FAO/INCRA (Ibid.), com representatividade, o perfil dos segmentos familiar e patronal no Brasil<sup>2</sup>, pode-se, através desse confronto, tirar algumas importantes conclusões, num nível de aproximação satisfatório do desempenho dessas duas formas organizativas da agropecuária brasileira. Percebe-se que o segmento patronal dispõe de uma área de 150 milhões de hectares comparativamente aos 58 milhões de hectares pertencentes ao segmento familiar. Apesar desta significativa diferença, pode-se estabelecer o seguinte resultado:

a) No segmento familiar as lavouras são três vezes mais importantes que no patronal; chegando, no caso de lavouras permanentes, a uma relação de cinco vezes.

b) A criação de pequenos animais é mais significativa no segmento familiar, sem deixar, no entanto, de apresentar uma importante participação no tocante à pecuária bovina.

c) Ainda que com muita parcialidade, o segmento patronal apresenta superioridade quanto à modernização tecnológica,

---

<sup>2</sup> Segundo DESER/UNIJUÍ (1992) no sudoeste paranaense a área média das unidades familiares de produção agropecuária gira em torno de 13 ha, relacionada, especialmente, à classificação de minifúndios, que corresponde a 66,39 % dos estabelecimentos agropecuários da região.

particularmente no caso dos defensivos animais, da tração mecânica, de energia elétrica e da assistência técnica. Essa superioridade, porém, não chega a ser significativa no que diz respeito ao uso de fertilizantes, irrigação e conservação de solo.

d) Com referência à oferta agropecuária, o segmento patronal supera o familiar em relação à produção de carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja. Em contrapartida, a produção familiar é superior no que concerne à produção de carnes suínas e de aves, ovos, leite, trigo, batata, cacau, banana, feijão, milho, algodão, café, mandioca, laranja e tomate.

e) O segmento familiar de produção alcança rendimentos físicos superiores ou iguais ao segmento patronal em mais da metade das atividades praticadas (FAO/INCRA, *Ibid.*, p. 3).

Essa amostragem do perfil produtivo da agricultura familiar brasileira apresenta, de forma clara e indelével, o potencial dessa forma de organização da produção agropecuária. Isso torna-se ainda mais patente se considerarmos que a agricultura familiar no Brasil sofreu um histórico descaso, principalmente em função das visões e orientações convencionais das políticas públicas para o setor agrícola e rural. Apesar de o modelo de desenvolvimento rural adotado historicamente no Brasil fundamentar-se no incentivo sistemático do segmento patronal de produção, a agricultura familiar apresenta um perfil de igualdade ou superioridade na maior parte das possíveis relações que podem ser estabelecidas entre as formas patronal e familiar de produção agropecuária.

Nessa amostragem anteriormente analisada, por exemplo, apesar de o segmento familiar dispor de uma área quase três vezes menor que o detido pelo segmento patronal, os estabelecimentos familiares praticamente equivalem aos patronais no tocante à participação na produção total. Relativamente aos postos de trabalho por unidade de estabelecimento, em função, principalmente, de sistemas de produção mais intensivos, o segmento familiar apresenta-se como mantenedor de sete vezes mais postos de trabalho que os estabelecimentos patronais<sup>3</sup>.

Esse perfil distributivo, eqüitativo e mais propenso à sustentabilidade ambiental, constitui-se em fator preponderante na perspectiva de eleição da agricultura familiar como potencial protagonista da construção deste novo mundo rural, de um novo modelo de desenvolvimento rural e, acima de tudo, enquanto lócus ideal da tão almejada agricultura sustentável, em oposição à um padrão tecnológico e desenvolvimentista predominante a partir da Revolução Verde (CARMO, 1998).

Como assinala Carneiro (1999, p. 20)

a opção do governo pela agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural, baseia-se em análises que atribuem à agricultura familiar uma situação mais favorável em relação à agricultura patronal no que se refere aos rendimentos físicos obtidos e mesmo à capacidade de empregar mão-de-obra.

---

<sup>3</sup> "Enquanto na agricultura patronal são necessários cerca de 60 hectares para a geração de um emprego, na agricultura familiar bastam 9 hectares" (FAO/INCRA, 1994, p. 3).

Em análise ao texto do MEPF/MA/INCRA/SDR (1999, p. 3), percebemos indícios de uma nova postura das políticas públicas para o desenvolvimento rural, fundamentado, então, num fortalecimento da agricultura familiar, com vistas ao desenvolvimento rural. O referido texto afirma que,

[...] com base na experiência histórica dos países desenvolvidos e na dos países emergentes mais bem sucedidos, deve-se pensar que a passagem da economia capitalista para a fase socialmente articulada de desenvolvimento dificilmente pode prescindir de um conjunto de políticas públicas que libere o potencial da agricultura familiar.

Nesse sentido ainda, segundo Carneiro (1999, p. 6)

ao apontar como novo paradigma de desenvolvimento rural o apoio à agricultura familiar, o governo pretende estar promovendo uma ruptura no modelo que vem sendo adotado historicamente no país, centrado no estímulo e consolidação dos negócios da empresa capitalista no campo. Não resta dúvida que eleger a agricultura familiar como protagonista da construção desse 'novo mundo rural' não deixa de ser um indicativo de mudanças na orientação (ao menos no discurso) do atual governo.

Considerando-se o elevado padrão de crescimento urbano e as grandes potencialidades, ainda pouco investidas, da agricultura familiar, encontramos indícios de que a grande capacidade da agricultura familiar em absorver mão-de-obra e gerar renda a transforma numa alternativa socialmente desejada, economicamente produtiva e politicamente correta para atacar grande parte dos

problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade (MA/SDR/DATER, Op. cit., p. 7).

## 2.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR

### 2.1.1. Agricultura familiar e sustentabilidade ecológica

A opção pela agricultura familiar como o segmento de cujo fortalecimento pretende-se alcançar o desenvolvimento rural sustentado, implica, a priori, um reconhecimento de que tal segmento de produção agropecuária apresenta as melhores condições para compatibilizar-se com a noção de sustentabilidade. Como consequência, admite-se, explícita ou implicitamente, que a agricultura patronal é menos adequada que a agricultura familiar em termos de adaptação ao imperioso ideal da sustentabilidade.

De acordo com Nijkamp (apud VEIGA, 1994, p. 23), sob um prisma bastante amplo, a sustentabilidade envolveria três aspectos: o primeiro, ecológico, que diz respeito à manutenção das características do ecossistema, imprescindíveis para a sobrevivência a longo prazo; o segundo, econômico, que refere-se à viabilidade econômica para fins de manutenção do manejo nos termos da sustentabilidade; e o terceiro, social, que refere-se à equidade social e o respeito a valores sociais e culturais. Percebe-se que as

discussões sobre sustentabilidade são permeadas, freqüentemente, com alusões à importância das propriedades dos ecossistemas,<sup>4</sup> ou, especificamente, dos agroecossistemas. Nesse sentido, para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável, a manutenção da sustentabilidade dos agroecossistemas mostra-se crucial. Segundo Conway & Barbier (apud VEIGA, Id.), as condições da sustentabilidade de um agroecossistema expressa-se em três níveis: "a estabilidade<sup>5</sup> (ou constância da produção), a resiliência<sup>6</sup> (capacidade de manter a produção em condições de choque ou stress) e a equidade (partilha dos resultados entre os beneficiários)".

Num quadro comparativo entre o segmento familiar e patronal de produção agropecuária, percebe-se, sob muitos aspectos, a maior conformidade da agricultura familiar com relação à sustentabilidade, no que tange, principalmente, à estabilidade (ou constância na produção). A agricultura patronal apresenta dificuldades de adequação, principalmente em função do tradicional sistema de monocultura. Essa é uma tendência inerente à lógica produtiva do segmento patronal, orientado exclusivamente para o lucro, elegendo, portanto, num sistema intensivo de produção, unicamente o produto que apresenta maior lucratividade e

---

<sup>4</sup> Segundo CEPAL/PNUMA (1990, p. 1131), "o ecossistema é um conjunto de componentes bióticos (vivos) e abióticos (inertes) conectados ou relacionados de tal maneira que constituem um todo. A conexão entre os componentes implica transferência de matéria, energia e informação".

<sup>5</sup> Conforme CEPAL/PNUMA (1990, p. 1132), a estabilidade de um ecossistema refere-se a "capacidade de 'absorver' certas perturbações e permanecer inalterado".

<sup>6</sup> De acordo com CEPAL/PNUMA (Id.), resiliência "é a capacidade do ecossistema de flutuar dentro de certos limites e voltar ao seu estado original depois de uma perturbação".

produtividade a curto prazo. A sustentabilidade, em termos de estabilidade produtiva, não encontra lugar nas estratégias de produção do segmento patronal, haja vista que o objetivo da produtividade, fundamentada na monocultura, é uma de suas principais características.

A agricultura familiar, em contrapartida, enfatiza a combinação entre produtividade e sustentabilidade dos agroecossistemas, em função de sua ênfase na diversificação da produção. Salienta-se que o aspecto da diversificação produtiva, característica marcante da agricultura familiar, é um aspecto fundamental para a sustentabilidade dos agroecossistemas. Contrariamente, a monocultura, enquanto característica principal da agricultura patronal, apresenta-se como sistema produtivo extremamente degradante dos recursos naturais dos agroecossistemas<sup>7</sup>.

Segundo Romeiro (1992, p. 213), "na natureza, diversidade é sinônimo de estabilidade. Quanto mais simplificado for um ecossistema maior será a quantidade de energia proveniente de fontes exógenas necessária para mantê-lo com um mínimo de estabilidade". Nesse sentido,

---

<sup>7</sup> Segundo Romeiro (1992, p. 20), no caso brasileiro, onde a expansão agrícola caracterizou-se, historicamente, por uma sucessão de "plantations" de produtos destinados principalmente para a exportação, praticava-se, em função da prática monocultural, uma espécie de "rotação pedológica"; ou seja, quando a terra se esgotava, buscava-se novas terras. Segundo o autor, "a monocultura do café é um exemplo ilustrativo: partindo do Rio de Janeiro em meados do século XIX, um século depois ocupa toda a região nordeste do Estado do Paraná, a 1.500 Km de distância, deixando atrás de si um rastro de terras degradadas".

no caso de sistemas rígidos muito simplificados, sobretudo a monocultura, os fatores desestabilizadores ganham força, obrigando o agricultor a recorrer à técnicas intensivas em energia para obter e manter as condições necessárias ao desenvolvimento dos vegetais, ao custo da degradação a longo prazo do ecossistema agrícola (Ibid., p. 214).

Isso denota, com clareza, a forte incompatibilidade da monocultura, enquanto prática predominante do sistema patronal de organização produtiva, com a noção da sustentabilidade (ecológica), especificamente no aspecto referente à estabilidade e manutenção das condições do ecossistema produtivo.

Na perspectiva de se adotar um novo padrão tecnológico, fundamentado no princípio da sustentabilidade, a agricultura patronal apresenta, então, em função de sua lógica organizativa, precárias possibilidades de adoção. Em função de uma ótica mercadológica para a produção, tende-se à produção do produto que apresente os melhores níveis de produtividade e rentabilidade. Por isso, o segmento patronal carece de diversificação da produção e, conseqüentemente, mantém a monocultura como forma predominante. Sob o ponto de vista da agricultura sustentável este quadro é particularmente comprometedor, pelo duplo aspecto de que se por um lado a prática da monocultura é bastante desfavorável à sustentabilidade de um agroecossistema, por outro,"o principal obstáculo à adoção de práticas agrícolas ecologicamente equilibradas decorre, basicamente, da lógica comercial da

monocultura: produzir apenas o produto que apresente maior perspectiva de mercado" (Ibid., p. 215).

Essa lógica comercial, inerente ao capitalismo e que predomina no segmento patronal representa, por um lado, uma explicação parcial para o entendimento dos condicionantes sócio-econômicos e institucionais que propiciaram o desenvolvimento do padrão tecnológico predominante e, por outro, fornece-nos indícios para o entendimento dos obstáculos à emergência de um novo modelo tecnológico, embasado no conceito da sustentabilidade. Se considerarmos que "na natureza, diversidade é sinônimo de estabilidade" (Ibid., p. 213) e, portanto, que tal situação atua enquanto condicionante básico da sustentabilidade (ecológica); percebe-se, conforme Romeiro (1992, p. 221), que

qualquer alternativa ecologicamente mais equilibrada que exige uma maior complexidade do sistema de produção, como rotação de culturas, são dificilmente aceitas pelos grandes proprietários. Contrariamente, para os pequenos produtores, que contam com mão-de-obra familiar, não há problemas em introduzir sistemas agrícolas mais complexos, inclusive porque, tradicionalmente, esses pequenos produtores tendem a intensificar o uso da terra, dada a exigüidade da área disponível, através de associações de culturas e da criação de animais.

A partir disso, parece legítimo o entendimento de que, no tocante à estabilidade (constância de produção) e à resiliência (capacidade de manter a produção em condições de choque ou stress), em função do caráter essencialmente diversificativo do segmento familiar, este apresenta condições bastante superiores ao

segmento patronal sob o prisma da sustentabilidade. A diversificação predominante na agricultura familiar com policultura e/ou culturas em rotação, somada ao aspecto da integração, sustentação e intensificação das interações biológicas e, aliado ainda, à associação de produção animal à vegetal, leva-nos a supor que

a produção familiar pode representar o *locus* ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável por apresentar melhores condições para operar em menores escalas e com diversificação/integração de atividades vegetais e animais, desde que seja alvo de uma política estruturada e implementada para este fim (CARMO, 1995, p. 124).

Em contraposição às práticas produtivas predominantes no segmento patronal, notadamente em relação ao padrão monocultural, fica bastante evidente que "num quadro familiar de produção agrícola aumentam as possibilidades de uma agricultura sustentável em função das características de diversidade e, portanto, de quebra do padrão monocultural" (Ibid., p. 125). Em última instância, é a lógica produtiva da agricultura familiar que a torna bastante susceptível de adequação aos princípios emergentes da sustentabilidade, especialmente em relação à produção agropecuária. Percebe-se que o aspecto da diversidade é bastante enfatizado enquanto característica fundamental da sustentabilidade ecológica. Políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e ao fortalecimento da agricultura familiar precisariam orientar-se, principalmente, para a ênfase na via da diversificação. Conforme

salienta FAO/INCRA (1994, p. 10), "o âmago da questão é direcionar todos os incentivos de forma que se torne viável uma diversificação através de rotações, principalmente na produção de grãos". Neste aspecto, como já salientamos, a agricultura familiar apresenta as melhores possibilidades de adaptação, já que

a sua lógica produtiva, diferentemente da agricultura patronal, não se baseia apenas na produtividade. O produtor direto visa, primeiro, a manutenção do patrimônio familiar e conserva uma tradição de policultura que o aproxima da sustentabilidade ecológica (ROCHA, 1996, p. 24).

#### 2.1.2. Agricultura familiar e sustentabilidade social

No que tange ao aspecto de equidade, o segmento da agricultura familiar apresenta, igualmente, o maior número de indicativos que a condicionam, favoravelmente, à adequação com o princípio de sustentabilidade. O aspecto da equidade social é extremamente importante, haja vista que, de acordo com Veiga (1992, p. 88) "a desconcentração da riqueza é o alicerce do crescimento sustentado". Segundo Kitamura (1993, p. 46), "a equidade, agora um indicador importante para avaliar os resultados do desenvolvimento [...], refere-se à forma com que os benefícios da produção agrícola são divididos na sociedade, e pode ser auferida pelo grau de desigualdade dessa distribuição".

Sobre este aspecto é muito expressivo o forte caráter de concentração de renda e exclusão social engendrada pelo segmento patronal. Dos vários fatores implicados nesse perfil de baixa equidade sócio-econômica da organização patronal, temos a pouca quantidade de trabalhadores residentes que ela detém (FAO/INCRA, 1994, p. 3), aliada à uma tendência de redução máxima da mão-de-obra, ao mesmo tempo em que as operações agrícolas são simplificadas através da monocultura (ROMEIRO, 1992, p. 217).

O padrão tecnológico predominante, amplamente utilizado pela organização patronal de produção, apresenta-se como o principal causador do duplo aspecto de inadequação desta aos princípios da sustentabilidade. Por um lado, o desenvolvimento da tecnificação na produção tende à uma diminuição, em proporção direta, dos postos de trabalho<sup>8</sup>. Isso representa falta de emprego, exclusão social e, portanto, inequidade sócio-econômica, relativamente aos resultados da produção. Por outro lado, como já tratamos anteriormente, esse investimento tecnológico na produção tende à simplificação dos agroecossistemas, o que agrava, diretamente, as condições de manutenção da estabilidade destes.

Em contrapartida, a agricultura familiar apresenta um perfil essencialmente distributivo, o que a aproxima, consideravelmente, do aspecto da equidade, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável. De acordo com FAO/INCRA, Op. cit., p. 3), "a

---

<sup>8</sup> É importante ressaltar que, de acordo com FAO/INCRA (1994, p. 3) "enquanto na agricultura patronal são necessários cerca de 60 hectares para a geração de um emprego, na agricultura familiar bastam 9 hectares".

agricultura patronal utiliza pouca quantidade de trabalhadores residentes e engendra forte concentração de renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos socioculturais".

Nesse sentido, a opção pela agricultura familiar como estratégia de um novo desenvolvimento rural passa pela superação da visão convencional que procura fundamentar-se numa suposta superioridade técnico-econômica da agricultura patronal, entendida como uma vantagem que suplanta todos os outros proveitos (ambientais, econômicos e sociais), que podem ser apresentados pelo segmento familiar de produção agropecuária. Em todos os aspectos principais que fundamentam a noção de sustentabilidade (agrícola e de desenvolvimento sócio-econômico), a agricultura familiar apresenta indícios bastante convincentes de que é o segmento detentor das condições mais favoráveis de adequação ao engendramento de um modelo sustentável de desenvolvimento.

No caso brasileiro, sabe-se que a incidência do padrão tecnológico predominante teve características bastante particulares. Primeiramente, a modernização tecnológica da agricultura foi feita sem consideração ao critério de compatibilidade entre a tecnologia e as características de seu campo de aplicação, principalmente no que diz respeito às características dos agroecossistemas. Essa característica da modernização agrícola brasileira responde pela consideração de que existiu uma "importação" de tecnologia para o

campo brasileiro, sob a forma dos conhecidos "pacotes tecnológicos". Ou seja, o processo de modernização da agricultura foi feito em termos excessivamente contrários aos ditames da atual noção de sustentabilidade. Desconsiderou-se as características próprias de nossos ecossistemas produtivos e intensificou-se a tecnologia na direção oposta aos princípios da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade).

Além disso, o processo de industrialização da agricultura brasileira apresentou, como uma de suas características centrais, um forte caráter de exclusão (GRAZIANO da SILVA, 1996). Ou seja, a grande maioria da agricultura brasileira não teve acesso à tecnologia disponível, e este enorme contingente excluído compunha-se, essencialmente, de agricultores familiares. O segmento que teve acesso às "benesses" do desenvolvimento tecnológico era composto, essencialmente, do segmento da agricultura patronal. Isso representa um notável anacronismo histórico do caso brasileiro frente a vários exemplos de outros países, que optaram pelo apoio e fortalecimento da agricultura familiar como base de seu desenvolvimento.

O desenvolvimento tecnológico, advindo principalmente dos EUA, "adaptado" no Brasil sob a forma dos chamados "pacotes tecnológicos", difundiu-se entre nós sob o epíteto da Revolução Verde. Essa "revolução" apresentou, por um lado, um inegável aspecto positivo, principalmente em termos de um significativo aumento da produtividade, e, portanto, da oferta de alimentos. O

crescimento demográfico e, conseqüentemente, de demanda de alimentos, representava um sério problema que, em certo sentido, a Revolução Verde conseguiu resolver. No entanto, "na atualidade há um reconhecimento de que a Revolução Verde trouxe também sérios problemas de equidade social e de sustentabilidade da produção agrícola a longo prazo" (KITAMURA, 1993, p. 46).

Além dos problemas sociais, evidencia-se, portanto, que a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, caracterizado, essencialmente, pela sustentabilidade, exige uma reformulação do padrão tecnológico vigente, que culminou com a Revolução Verde. Existe, sem dúvida, um comprometimento bastante grande do segmento patronal da agricultura brasileira com tal padrão tecnológico, haja vista que, conforme salienta Romeiro (1992), a pesquisa agropecuária brasileira preocupou-se, fundamentalmente, em "transplantar" o modelo modernizador norte-americano para a produção agropecuária da agricultura patronal brasileira.

De acordo com Trigo et al. (1994, p. 53)

[...] o desenvolvimento de uma nova estratégia em que se recomponham dinamicamente os equilíbrios básicos entre o homem e o meio ambiente requer um esforço integral com vistas a modificar certos aspectos básicos do comportamento social, assim como do padrão tecnológico em que se apóiam as atividades produtivas das sociedades humanas.

Em função dos novos delineamentos emergentes, conjuntamente à noção de sustentabilidade, enquanto paradigma norteador das relações do homem em sociedade e com o meio ambiente, tornam-se cada vez mais evidentes as superioridades reais e potenciais da agricultura familiar em adaptar-se às regras e demandas desse reordenamento. Além disso, a tendência de superação do atual padrão tecnológico de produção, representa um questionamento direto da forma predominante de produção adotada pela agricultura patronal brasileira, que revelou-se "um tipo de crescimento econômico intrinsecamente insustentável em termos ecológicos, e desigual e injusto em termos sociais" (Ibid., p. 54).

### **3. CONCLUSÃO**

Observamos que a noção emergente de desenvolvimento rural sustentável aparece como o aspecto inovador central de uma nova proposta voltada à criação e implementação de novos mecanismos desenvolvimentistas, que encontram ressonância numa significativa tendência atual de reordenamento econômico, social, cultural e político no âmbito do mundo rural.

Numa análise comparativa do bimodalismo aqui existente agricultura patronal/agricultura familiar, observa-se um perfil significativamente mais propenso do segmento familiar para uma adequação aos princípios norteadores da noção de sustentabilidade.

Há indícios de consonância entre as características funcionais da agricultura familiar e a sustentabilidade ambiental e social; ao passo que o modelo patronal, em função de sua prática e de sua organização, apresenta dissonâncias evidentes com relação à perspectiva sustentável do desenvolvimento.

Nesse sentido, a tentativa de construção de um modelo sustentável de desenvolvimento rural, parece assentar-se na perspectiva do fortalecimento e do condicionamento do protagonismo da agricultura familiar. Assim sendo, a geração de mecanismos com real capacidade de apoio e fortalecimento do segmento da agricultura familiar, parece emergir na condição de estratégia central para a consecução da proposta do desenvolvimento rural sustentável. Essa perspectiva é corroborada, evidentemente, pela observação da superioridade de adequação da agricultura familiar sob o duplo prisma da sustentabilidade ecológica e, de um modo mais amplo, sob o prisma da sustentabilidade social no meio rural, aspectos estes concernentes aos alicerces da noção de desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido pode-se apontar, como aspecto conclusivo notório desse trabalho, que a construção da sustentabilidade, que emerge, inelutavelmente, como imperativo na reformulação do viés desenvolvimentista, depende da consolidação de ações que liberem o potencial produtivo e organizativo do segmento agrícola familiar. Isso justifica-se pela acentuada compatibilidade desse segmento

com vistas à perspectiva da sustentabilidade ambiental e social, princípios centrais da noção de desenvolvimento rural sustentável.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, L. Santiago de. **Considerações sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma contribuição preliminar ao debate.** Seminário internacional "O Novo Rural Brasileiro", Campinas : IE/UNICAMP – Projeto Rurbano, março de 1999, 28p.

CARMO, Maristela S. do. **Agricultura sustentável e produção familiar num contexto de reestruturação do sistema agroalimentar.** Reforma agrária, (?): 114-127, mai./dez. de 1995.

\_\_\_\_\_. **A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável.** Agricultura em São Paulo, São Paulo, 45 (1): 1-15, 1998.

CARNEIRO, Maria J. **Política de desenvolvimento e o "Novo Rural".** Seminário internacional "O Novo Rural Brasileiro", Campinas : IE/UNICAMP – Projeto Rurbano, março de 1999, 37p.

CEPAL/PNUMA. **Ecosistemas: conceptos fundamentales.** Comércio exterior, México, 40 (12): 1135-1142, dez. de 1990.

DESER/UNIJUÍ. **Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná.** Curitiba/Ijuí : setembro de 1992, 144p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Versão resumida do relatório final do Projeto UTF/BRA/036, Brasília : nov. de 1994, 24p.

GRAZIANO da SILVA, J. **A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira.** In.: A nova dinâmica da agricultura brasileira, Campinas : IE/UNICAMP, 1996, p. 169-190.

KITAMURA, P. C. **Agricultura e desenvolvimento sustentável: uma agenda para discussão.** Ciência e ambiente, 4 (6): 37-49, jan./jun. de 1993.

MA/SDR/DATER. **Manual operacional do Pronaf.** Brasília : outubro de 1996, 46p.

MEPF/MA/INCRA/SDR. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado.** Brasília : março de 1999, 46p., (versão preliminar).

ROCHA, Ana G. P. **Agroecologia e agricultura familiar.** Ops, Salvador, 1 (1): 22-26, 1996.

ROMEIRO, A. R. **Agricultura e ecodesenvolvimento.** In.: MAIMON, D. (coord.). Ecologia e desenvolvimento. Rio de Janeiro : UFRJ, 1992.

TRIGO, E.; KAIMOWITZ, D. e FLORES, R. **Bases para uma agenda de trabalho visando o desenvolvimento agropecuário sustentável.** Estudos econômicos, São Paulo, 24 (especial): 31-97, 1994.

VEIGA, José Eli da. **Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola.** Revista de Economia Política, São Paulo, 12 (2): 88-105, abr/jun. de 1992.

\_\_\_\_\_. **Problemas de transição à agricultura sustentável.** Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 24, nº especial, p. 9-29, 1994.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e sustentabilidade.** Cadernos de ciência e tecnologia, Brasília, 13 (3): 383-404, 1996.

\_\_\_\_\_. **A opção pela agricultura familiar.** Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, 25 (3): 127-146, 1997.